



ENTIDADE REGULADORA  
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

# Deliberação

**ERC/2021/370 (CONTJOR-NET)**

Participação contra o jornal Mensagem de Lisboa a propósito das peças informativas “A guerra das bicicletas passou para a Avenida de Berna e está a politizar-se” e “Mais floreiras e menos carros. Estes lisboetas mudaram uma rua com um canteiro”

Lisboa  
9 de dezembro de 2021

## Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social

### Deliberação ERC/2021/370 (CONTJOR-NET)

**Assunto:** Participação contra o jornal Mensagem de Lisboa a propósito das peças informativas “A guerra das bicicletas passou para a Avenida de Berna e está a politizar-se” e “Mais floreiras e menos carros. Estes lisboetas mudaram uma rua com um canteiro”

#### I. Participação

1. Deu entrada na ERC, no dia 8 de março de 2021 uma participação contra o jornal Mensagem de Lisboa a propósito das peças informativas “A guerra das bicicletas passou para a Avenida de Berna e está a politizar-se” e “Mais floreiras e menos carros. Estes lisboetas mudaram uma rua com um canteiro”.
2. O participante considera que na peça intitulada “A guerra das bicicletas passou para a Avenida de Berna e está a politizar-se”<sup>1</sup>, o jornalista «toma o partido de um dos lados, não ouve o outro lado, e de forma reiterada e não inocente, denigre e demoniza os utilizadores de automóveis que são retratados quase como não humanos», resultando num «discurso de ódio claro contra utilizadores de automóvel».
3. Entende que «a peça jornalista é basicamente propaganda da câmara, descontextualizando e distorcendo as posições dos moradores, destacando os factos que beneficiam a posição da CML e omitindo os outros».
4. Acrescenta que «os moradores utilizadores de automóvel são reiteradamente desumanizados e demonizados» e considera «particularmente ofensivo e enquadrado no discurso de ódio».

---

<sup>1</sup> <https://amensagem.pt/2021/03/08/lisboa-ciclovias-guerra-bicicletas-avenida-de-berna-politizar-se/>

5. No que se refere à peça “Mais floreiras e menos carros. Estes lisboetas mudaram uma rua com um canteiro”<sup>2</sup>, o participante entende que «[o] jornalista apresentou a versão da Câmara de Lisboa como factos e descontextualizou e distorceu deliberadamente os discursos dos moradores que intervieram. Além disso, converteu uma contestação genuína de cidadãos numa questão política com o objetivo óbvio de os desacreditar passando a ideia que são movidos por questões políticas e não por uma causa que consideram justa.»

6. Considera que «só é apresentada a versão daqueles que se opuseram ao estacionamento que aliás são apresentados como heróis de causas justas» e que «[a]s razões dos moradores proprietários de automóveis não foram ouvidas e esses moradores são tratados quase como algo abstrato, não humano.»

## II. Posição do Denunciado

7. Através de ofício datado de 15 de abril de 2021, foi o denunciado notificado para, querendo, apresentar a sua oposição à presente participação. Contudo, não foi rececionada, em tempo útil, qualquer resposta por parte deste.

## III. Análise e fundamentação

8. O caso em apreço remete para a verificação do cumprimento do dever de rigor informativo.

9. A alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º do Estatuto do Jornalista<sup>3</sup> (doravante, EJ) determina aos jornalistas que informem «com rigor e isenção, rejeitando o sensacionalismo e demarcando claramente os factos da opinião».

10. Refira-se ainda o ponto 1 do Código Deontológico do Jornalista<sup>4</sup>, o qual dispõe que «[o] jornalista deve relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade»,

---

<sup>2</sup> <https://amensagem.pt/2021/02/21/mais-floreiras-menos-carros-arroios-lisboetas-mudaram-rua-com-canteiro/>

<sup>3</sup> Aprovado pela Lei n.º 1/99, de 13 de janeiro, na sua redação atual.

<sup>4</sup> Aprovado no 4.º Congresso dos Jornalistas, em 15 de janeiro de 2017, e confirmado em Referendo realizado a 26, 27 e 28 de outubro de 2017.

bem como o ponto 2 que refere que «[o] jornalista deve combater a censura e o sensacionalismo».

8. A peça «A guerra das bicicletas passou para a Avenida de Berna e está a politizar-se» faz a «crónica» de uma assembleia. São exibidas as intervenções dos defensores das ciclovias e dos críticos das ciclovias que contestam a perda de estacionamento com a sua construção.

9. A peça dá ainda conta de alguns *posts* dos intervenientes nas redes sociais e da mobilização que tem sido feita para a participação na referida assembleia. É descrita a politização do debate, com muitos dos intervenientes a estarem ligados a partidos.

10. Não se vislumbra na descrição da assembleia qualquer defesa ou favorecimento de uma das partes, mas sim a exposição dos argumentos utilizados pelas partes em discussão.

11. A peça «Mais floreiras e menos carros. Estes lisboetas mudaram uma rua com um canteiro» incide sobre o surgimento de uma iniciativa de «jardim cidadão» pela mão de dois moradores de uma rua lisboeta.

12. É descrito como dois moradores de uma rua de Arroios, perante um problema de falta de acesso à rua, moveram-se no sentido de tentar acabar com os lugares de estacionamento. Com a libertação dos lugares de estacionamento desenvolveram um projeto que se pode inserir no fenómeno intitulado «jardim cidadão». A peça dá ainda conta de um caso semelhante e pioneiro na Bélgica.

13. A peça centra-se, assim, no fenómeno «jardim cidadão», não existindo qualquer demonização dos automobilistas, mas sim a exposição do ponto de vista dos autores do jardim e a descrição do percurso de dois cidadãos que identificaram um problema e se mobilizaram para o resolver, nascendo o projeto de um «jardim cidadão».

14. Não se vislumbra na composição da peça informativa a necessidade de recolha do contraditório, dado que a peça não incide sobre duas partes em conflito, mas antes na descrição do surgimento de um «jardim cidadão» em Portugal, que é colocado na esfera de outras iniciativas noutros países.

15. Pelo exposto, deve a presente participação ser alvo de arquivamento.

#### IV. Deliberação

Apreciada uma participação contra o jornal Mensagem de Lisboa a propósito das peças informativas “A guerra das bicicletas passou para a Avenida de Berna e está a politizar-se” e “Mais floreiras e menos carros. Estes lisboetas mudaram uma rua com um canteiro”, o Conselho Regulador, no exercício das atribuições e competências de regulação constantes, respetivamente, nos artigos 7.º, alínea d), 8.º, alínea j), e 24.º, n.º 3, alínea a) dos Estatutos da ERC, anexos à Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, delibera pelo arquivamento da presente participação, por não se ter verificado qualquer violação do dever de rigor informativo.

Lisboa, 9 de dezembro de 2021

O Conselho Regulador,

Sebastião Póvoas  
Mário Mesquita  
Francisco Azevedo e Silva  
Fátima Resende  
João Pedro Figueiredo

## **Relatório de visionamento e análise de conteúdo referente ao processo**

### **500.10.01/2021/94**

1. No dia 8 de março de 2021, o jornal Mensagem de Lisboa publicou uma peça – no separador “Cidade” – intitulada “A guerra das bicicletas passou para a Avenida de Berna e está a politizar-se” e com pós-título «A questão das ciclovias é a que mais polariza opiniões em Lisboa. A crónica de uma assembleia de freguesia das Avenidas Novas mostra que a luta está a tornar-se política e a ser programada a partir das redes sociais, para a realidade.»

2. A peça dá conta de uma assembleia de freguesia das Avenidas Novas onde foi debatido o tema das ciclovias e do estacionamento:

«A assembleia fora marcada para debater a construção da ciclovia por uma série de membros da própria Assembleia, solicitando a presença do vereador responsável pela mobilidade, Miguel Gaspar. A ciclovia vai implicar o fim de todo o estacionamento daquela artéria, e quando isto acontece, quando as novas vias para bicicletas implicam, além da mudança no trânsito, o fim de estacionamento para os carros, a polémica aumenta.

Foi o que aconteceu nesta assembleia. Aquilo que devia ter sido uma sessão de esclarecimento tornou-se num debate aceso, e polarizado. De um lado, a oposição à bicicleta e a tudo o que coloque em causa a presença e utilização do automóvel na cidade – que é considerada, nas Avenidas Novas como em muitos lugares, como um direito adquirido. Do outro, a defesa das novas formas de mobilidade, e as questões ambientais que justificam estes projetos.

A presidente da Junta, Ana Gaspar Marques, do Movimento Cidadãos por Lisboa, eleita pelo PS, e Miguel Gaspar, o vereador da mobilidade, estavam presentes e, no início da sessão, o vereador fez uma pequena apresentação do projeto (disponibilizado para download, no final do artigo). Depois, foi respondendo às intervenções dos 12 fregueses e munícipes que se inscreveram para participar.»

3. Afirma-se de seguida que a «guerra das ciclovias» tem vindo a travar-se sobretudo nas redes sociais e a alastrar-se à política – com alguns dos intervenientes com ligações a partidos políticos – e a ganhar importância em plena pré-campanha eleitoral.

4. A peça relata de seguida o teor de algumas intervenções na dita assembleia e ainda em grupos nas redes sociais de mobilização para a participação nesta, nomeadamente de: Luís Castro, líder do grupo Vizinhos de Arroios; membro da assembleia de freguesia de Avenidas Novas, José Toga Soares, eleito pelo CDS-PP para a freguesia atualmente liderada por uma coligação que junta o Partido Socialista e o CDS-PP; Carla Matos (Facebook Avenidas Novas Cidadania); Ricardo Froes é membro ativo do grupo Facebook Avenidas Novas; Mariana Ribeiro (citada na sua intervenção no grupo Avenidas Novas Cidadania; Rui Pedro Barbosa, do grupo Vizinhos Avenidas Novas e André Carrilho e Diogo Zurarte, membros da juventude socialista.

5. A peça explica ainda qual é, em traços largos, o projeto para a Avenida de Berna, a forma como está a ser contestado por moradores no que se refere à perda de lugares de estacionamento, e a resposta da autarquia, através do vereador Miguel Gaspar, de como esses lugares irão ser compensados. Descreve-se ainda o plano de construção de um «corredor BUS para ligar Alcântara ao Areeiro».

6. A peça é complementada com várias imagens, incluindo imagens de intervenientes na referida assembleia, com as seguintes legendas: «Luís Castro, líder do grupo Vizinhos de Arroios, no [vídeo](#) de campanha de Carlos Moedas.»; «A Presidente da Junta de Freguesia e o vereador da mobilidade, na reunião.»; «Luís Castro, durante a sua intervenção na Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas.»; «Nos últimos anos, a bicicleta tem conquistado espaço ao automóvel em Lisboa. Aqui, as vias partilhadas de Alvalade.»; «José Toga Soares, de máscara, eleito pelo CDS-PP à Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas.»; «No grupo *Avenidas Novas Cidadania*, Carla Matos apela à participação de críticos ao projeto da CML para a Avenida de Berna.»; «Na rede social Facebook, Carla Matos e Ricardo Froes concertam estratégia para a intervenção na assembleia extraordinária.»; O novo perfil da Avenida de Berna.»; «As ciclovias têm sido motivo de discussão nas Avenidas Novas pela perda de lugares de estacionamento.»; «Vai ser criado um corredor BUS de “elevado desempenho” entre Alcântara e o Areeiro.»

7. No dia 21 de fevereiro de 2021, o jornal Mensagem de Lisboa publicou – no separador “Bairros” – uma peça intitulada «Mais flores e menos carros. Estes lisboetas mudaram

uma rua com um canteiro» e com o pós-título: «Miguel Macedo e Silke Jellen, a vizinha de baixo, transformaram a Rua da Cruz da Carreira, em Arroios, seguindo uma tendência que já faz escola na Europa. Chama-se jardim cidadão.»

**8.** A peça começa por afirmar:

«Houvesse necessidade disso e a maca dos bombeiros não ia poder entrar no número 3 da Rua da Cruz da Carreira, ali junto ao Campo Mártires da Pátria, em Arroios. E sempre que Miguel Macedo e Silke Jellen chegavam à rua, a simples entrada em casa podia revelar-se um desafio. Podiam não conseguir fazer passar a bicicleta ou ter entraves a uma série de outras banalidades do quotidiano: entrar com um carrinho de bebé, com compras volumosas ou com uma peça de mobília.

Os carros estacionavam na rua, deixando para as pessoas um exíguo passeio – que não cumpre a largura mínima imposta pela lei da acessibilidade, mas com a legitimidade dos lugares marcados no chão pela EMEL – a empresa de mobilidade da cidade, que ali permitia o estacionamento, tarifado.

A rua da Cruz da Carreira, como estava, não deixava espaço para... viver. E desde que para ali foram morar estes dois lisboetas tentavam fazê-lo, contactando a EMEL, o município e a freguesia de Arroios. Só pararam quando, em janeiro de 2019, a rua ganhou nova cara. Depois de uma luta de 10 meses, conseguiram recuperar o espaço anteriormente dominado pelo automóvel. Mas como não quiseram que os vizinhos olhassem para o espaço, onde antes se estacionava, como “um lugar perdido”, Miguel e Silke estão a construir com as próprias mãos uma rua que oferece aos vizinhos a oportunidade de se encontrarem e de criarem sentido de comunidade.»

**9.** Descreve-se de seguida todo o processo que culminou na eliminação dos lugares de estacionamento e na apropriação por cidadãos do mesmo para a construção de um jardim, e o feedback dos moradores.

**10.** É depois descrito o processo que levou à construção de um jardim cidadão precursor, em Bruxelas, em que Xavier Damman e Leen Schelfhout fizeram algo parecido.